

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ARGENTINA: DE CARLOS MENEM A NÉSTOR KIRCHNER
E AS POSSÍVEIS CAUSAS DA CRISE ARGENTINA DE 2001
E SUA POSTERIOR RECUPERAÇÃO

CLÁUDIO DEVIT MEDEIROS JÚNIOR
Prof.Orientador: Maria Heloisa Lenz

Monografia apresentada como pré-requisito à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas

Porto Alegre, novembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Professora Maria Heloisa Lenz, minha orientadora na elaboração deste trabalho, por seu suporte, ensinamentos e paciência. Sem a sua prestativa ajuda este trabalho não teria sido realizado.

Quero agradecer também a minha família, que sempre me proporcionou a estrutura com o qual contei, além do carinho indispensável sendo um suporte para que pudesse prosseguir. Em especial a minha mãe Eloísa e meu pai Cláudio.

Agradeço também a minha namorada Camila, que esteve ao meu lado e pude contar nos momentos mais difíceis nessa reta final.

Por fim, fica a lembrança aos amigos e amigas que me acompanham desde tempos e procuram dar aquele empurrão, por vezes necessário, a seguir em frente.

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 1 – Produção industrial argentina (1946-1955).....	13
Tabela 2 – Taxa anual crescimento PIB argentino (1963-1973).....	14
Tabela 3 – Taxa anual crescimento PIB argentino(1985-1990).....	15
Tabela 4 – Taxa anual inflação argentina (1985-1990).....	16
Tabela 5 – Taxa anual inflação argentina (1990-1995).....	23
Tabela 6 – Variação anual PIB argentino (1990-1995).....	24
Tabela 7 – Relação dívida / PIB argentino(1990-1995).....	25
Tabela 8 – Taxa anual desemprego argentino (1990-1995).....	25
Tabela 9 – Balança Comercial argentina (1990-2001).....	32
Tabela 10 – Entrada líquida de capitais-privatizações (1990-1999).....	33
Tabela 11 – Pagamento Juros/Receitas correntes/PIB (1993-2001).....	34
Tabela 12 – Receitas e despesas governo argentino (1993-2000).....	35
Tabela 13 – Dívida Pública argentina (1992-2001).....	36
Tabela 14 – Taxa anual desemprego argentino (1992-2000).....	37
Tabela 15 – Taxa anual pobreza argentina (1992-2000).....	38
Tabela 16 – Taxa anual PIB argentino (1995-2000).....	38
Tabela 17 – Índice de Gini Brasil/Argentina (1998-2003).....	42
Tabela 18 – Exportações/Importações argentinas (2001-2006).....	46
Tabela 19 – Dívida Pública/PIB argentino (2000-2006).....	47
Tabela 20 – Investimento estrangeiro direto (2000-2005).....	48
Tabela 21 – Taxa anual de inflação argentino (2000-2006).....	48
Tabela 22 – Taxa anual crescimento PIB argentino (2000-2006).....	49
Tabela 23 – Taxa anual desemprego argentino (2001-2007).....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. PERÍODO ALFONSÍN E PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO MENEM..	10
1.1. Cenário internacional e o contexto econômico argentino na década de 1980	10
1.2. Governo Menem – a experiência do câmbio fixo, a liberalização econômica e o Plano Cavallo: 1989 a 1995.....	18
2. SEGUNDO GOVERNO MENEM E CRISE: 1995 A 2002.....	27
2.1. Início do segundo Governo Menem.....	28
2.1.1. As crises internacionais durante o segundo Governo Menem.....	28
2.1.2. Medidas adotadas e conseqüências frente às crises.....	31
3. DA CRISE À RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.....	42
3.1. Governo Kirchner e a recuperação econômica: 2003 a 2007.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56

RESUMO

A Argentina, após uma década de regime de conversibilidade, nos anos 1990, sob o comando de Menem e Cavallo basicamente em todo esse período, entra em uma profunda crise econômica, política e social, logo no início dos anos 2000.

Uma crise que marcará o país, o colocando aos mesmos patamares sociais de seus pares latino americanos. A Argentina, que durante muito foi diferenciada pela sua homogeneidade social, havia perdido essa condição.

Logo em seguida à crise, inicia-se um processo de recuperação econômica, marcado pelo fim do regime de conversibilidade e também pela alteração nas políticas econômicas adotadas até então.

No entanto, não pode ser deixado de considerar os efeitos dos choques internacionais tanto na década de 1990, como do cenário internacional favorável encontrado nos anos 2000, com forte crescimento da demanda mundial e alta do preço das *commodities*.

O objetivo do trabalho é estudar quais as condicionantes que levam a Argentina a crise e posteriormente a sua recuperação, bem como qualificar e contextualizar esses momentos.

ABSTRACT

Argentina, after a decade of the convertibility regime in the 1990s, under the command of Menem and Cavallo basically in every decade, goes into a deep economic crisis, political and social, as the early 2000s.

A crisis that marks the country, putting on same social levels of their Latin American peers. Argentina, who have long been distinguished by its homogeneity and social, had lost this condition.

Soon after the crisis began a process of economic recovery, which is marked by the end of the convertibility regime and also by the change in economic policies adopted so far.

However, it can not be left to consider the effects of both international shocks in the 1990s, in favor of the international scene in 2000 with strong growth in global demand and high commodity prices.

The objectivity of this work is to study the constraints that lead to the Argentina crisis and subsequent recovery, as well as qualify and contextualize these moments.

INTRODUÇÃO

Na década de 1990, o mundo assistiu o verdadeiro fim do sistema político bipolar vigente até então, tendo de um lado o capitalismo, e de outro em seu fim o socialismo, bem como toda uma política de forte intervenção do Estado na economia que havia vigorado desde a década de 1930. O ideário liberalizante de redução do Estado, quebra de barreiras comerciais intra blocos e países, liberalização financeira e crédito passaram a ser alternativa única a ser seguida.

Nesse cenário de profunda alteração nas relações político, econômico, comerciais, países emergentes passam a implementar reformas e planos, com o objetivo de recuperar e enquadrar suas economias no modelo econômico em voga. A Argentina não fugiu a regra.

Ao início da década de 1990, a economia argentina sofria com a hiperinflação e crise da dívida, sendo o estado visto como uma das grandes causas. Diante de um contexto mundial de mudanças na condução das políticas econômicas, além do ideário liberal ainda estar na mente da sociedade argentina, o respaldo político era total para que se implementasse reformas liberalizantes. Mais do que isso, ser implementado um plano ousado, de equiparação de sua moeda local ao dólar americano – o regime de conversibilidade – por meio constitucional que viria a ser o grande mote do direcionamento das políticas econômicas da Argentina.

No entanto, após a década de 1990, e a adoção do regime de conversibilidade logo no início desse período juntamente com reformas liberalizantes, e com sua sustentação durante a mesma, a economia argentina entrou em colapso financeiro. A Argentina, de um país mais homogêneo

socialmente, diferentemente de seus parceiros latino americanos, passou a ser um país com profunda desigualdade social e índices sociais preocupantes. Nos anos de 2000, 2001 e 2002, a Argentina sofreu com a maior crise econômica de sua história, tendo repercussões sociais jamais vistas nesse país.

Logo em seguida ao período de crise, políticas mais heterodoxas, com maior intervenção do Estado na economia, passaram a ser implementadas. Alguns índices econômicos e sociais voltam a recuperar-se, mesmo que ainda não atingindo os patamares antigos. De qualquer forma, o ressurgimento da economia é visível. A Argentina passou a ter uma recuperação considerável, com taxas de crescimento maior que a média mundial, estando entre os países que mais cresceram economicamente.

O objetivo do presente trabalho consiste em encontrar as possíveis causas para o desencadeamento da grande crise que atingiu a economia nos anos de 2000, 2001 e 2002, da mesma forma que sua recuperação no período seguinte. Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos, além desta breve introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, será realizado a apresentação e análise do contexto econômico em que a Argentina se insere em fins da década de 1980 e início dos 1990, com uma breve citação dos antecedentes de sua história econômica. Nele será apresentado o período Alfonsín que marca o fim da década de 1980, caracterizado pela hiperinflação, passando à implantação do novo modelo liberalizante e do regime de conversibilidade – Plano Cavallo – no primeiro governo Menem, sob a luz do Consenso de Washington. Seu sucesso inicial de combate a inflação, retomada dos investimentos e crescimento econômico.

O segundo capítulo é constituído do segundo governo Menem e seus sucessores até a crise econômica de 2000, 2001 e 2002, período que marca o início e aprofundamento da crise argentina e seus principais aspectos. As crises que se sucederam durante esse período: a crise mexicana em 1995, a asiática em 1997, a russa em 1998 e a desvalorização da moeda brasileira em 1999.

Por fim, no terceiro capítulo, será tratado como a Argentina saiu da mais profunda crise de sua história, que a marcou política, econômica e socialmente. Análise do período de 2002 a 2007 que é marcado do Corralito argentino a recuperação econômica. As principais medidas tomadas para seu ressurgimento e determinantes que levaram a economia argentina a obter sucesso nesse momento. Como forma de fazer um comparativo com o período anterior à crise no que tange as políticas econômicas e o contexto que está inserido.

1. PERÍODO ALFONSÍN E PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO MENEM

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto em que estava inserida a economia argentina ao final da década de 1980, período do governo Alfonsín e seus antecedentes. Da mesma forma, salientar e comentar como algumas das características marcantes do período, que serviram como pontos fundamentais para um profundo processo de transformação nas políticas econômicas que foram implementadas desse ponto em diante na Argentina. Ao decurso do presente capítulo, também serão apresentadas, as transformações empreendidas na economia argentina, a partir da assunção do Governo Menem até o período de 1995, juntamente as resultantes. O presente trabalho sempre tendo em mira, o contexto de crise econômica interna e mudanças na dinâmica econômica no cenário internacional.

1.1. Cenário internacional e o contexto econômico argentino na década de 1980

Ao longo do decurso da década de 1980, a economia mundial, principalmente países desenvolvidos, vinham em um processo de grande transformação e quebra de paradigma, que tinha se estabelecido até aquele presente momento em termos de políticas econômicas, forte intervenção do Estado com crescentes déficits – a política do *welfare-state*. Basicamente as mudanças foram no sentido de uma economia mais liberal, globalizada, forte financeirização e, portanto, pouca intervenção do Estado. Um processo que começara já no início da referida década em países desenvolvidos, tendo como grandes líderes a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Somam-se a isso outros fatores ocorridos no período que configuram um quadro de transformação na economia internacional: a queda do estado socialista no leste europeu, já em forte crise desde a década de 1970; e a queda do muro de Berlim e consequente unificação das Alemanhas, com a inserção da parte Oriental na economia capitalista em 1989. Assim, o mundo via desaparecer uma outra possibilidade de modelo econômico. E a opção dominante era a de economia de mercado do modelo do estado liberal.

Enquanto isso nesse mesmo período, e principalmente ao final da década de 1980, a economia argentina encontrava-se mergulhada em uma profunda crise, da mesma forma que toda a América Latina e os países emergentes. O modelo de substituição de importações, que vigorara durante praticamente meio século na Argentina, não encontrava mais amparo em sua economia. O choque do petróleo havia deixado o estado com graves problemas de endividamento. Os problemas emergidos no período derivaram de uma consequência do esgotamento do modelo, que havia se iniciado em 1930.

Com relação ao modelo de substituição de importações, dois acontecimentos históricos foram causas fundamentais para sua implantação na economia argentina em 1930: o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 e a Grande Depressão de 1929. Esses acontecimentos repercutiram de forma expressiva e negativa na economia argentina, que vivera àquela época, fortemente ligada ao setor externo pela exportação de produtos primários. Tendo suas bases econômicas extremamente afetadas, se fez necessário a busca por um sistema de produção alternativo. Esse modelo veio a ser a Industrialização por Substituição de Importações.

Um sistema conhecido pela forte intervenção do Estado na economia, tendo assumido papel chave no desenvolvimento nacional argentino. Conforme Allende (2007, p.12), o modelo regente desde 1930 foi caracterizado pela presença ativa, produtiva e empresarial do Estado na economia. Ainda, segundo Allende (2007, p.12), suas primeiras intervenções consistiram em regulações alfandegárias e cambiais associadas a objetivos industrializantes, mas em seguida o Estado passou a intervir e dinamizar atividades fundamentais para o

desenvolvimento econômico, assim como a produzir, de forma direta, bens e serviços para a sociedade.

Com relação a esse período, 1930 a 1980, pode ser destacado o fato de que a indústria argentina fica mais robusta em fins da década de 1930. O aumento na produção de manufaturas é mais significativo, porém, a agroindústria ainda é permanente, principalmente as ligadas ao mercado interno. Criam-se as Juntas Nacionais de Carnes, Grãos e Algodão, a Comissão Reguladora de Erva Mate e Vinhos, o Banco Central, e a Comissão de Controle de Câmbios. A partir de 1940, a intenção de potencializar o setor industrial ganhou mais força e aumentaram as intervenções estatais. Nessa década, são criados o Banco de Crédito Industrial e o Comitê de Exportação e Estímulo Industrial e Comercial. Ainda, nesse período verificam-se políticas de redescontos favoráveis à indústria através do Banco Central.

De 1946 a 1952, o General Perón, esteve à frente do Governo argentino, notadamente identificado com uma ideologia nacionalista e protecionista. Com Perón é que a economia argentina experimentou a maior intervenção estatal, tendo o governo atuado diretamente no processo de substituição de importações.

Com Perón à frente, conforme Allende (2007, p.27), não só se continuou fazendo uso de instrumentos indiretos que favoreciam e protegiam as produções nacionais, como controles de câmbios, licenças prévias, proibições para importar e financiamentos preferenciais para projetos industriais, mas também começou a crescer, significativamente, a estrutura institucional pública e a produção estatal direta.

Uma intervenção perfeitamente justificada, pelo entendimento de falta de condições das empresas privadas de um lado, e de outro, pela condição do estado desenvolver setores estratégicos ter um efeito de incentivo sobre as demais atividades econômicas. Perón se utilizava das reservas internacionais para tais investimentos.

Já a década de 1950, o direcionamento do incentivo à industrialização foi

ao encontro às indústrias de bens de capital e insumos, porém com a falta de poupança nacional, essa se processou via ingresso de grandes quantidades de capitais estrangeiros. O que virá a trazer sérias conseqüências na década de 1970, na economia argentina.

Conforme a Tabela 1, a seguir, podemos verificar a evolução da produção industrial no período, que transcorreu sempre num crescente.

Tabela 1
Produção Industrial Argentina (1946-1955) 1943=100

Ano	Produção Industrial Argentina
1946	134,7
1947	156,0
1948	158,5
1949	157,3
1950	166,5
1951	183,6
1952	182,2
1953	190,0
1954	207,1
1955	232,9

Fonte: Schwartz, 1967 *apud* Allende

No período da década de 1960 a meados de 1970, o modelo de substituição de importações já havia alcançado basicamente todos os setores, porém, com um forte peso da restrição externa. A economia argentina já não encontrava amparo nas exportações para financiar as importações necessárias, com o fito de aprofundar o processo. No entanto, conforme Allende (2007, p.33), o crescimento do setor aumentou significativamente entre 1963 e 1973, o que explica o grande crescimento do PIB, conforme Tabela 2. Esse fato pode ser explicado pela entrada de capitais estrangeiros, que financiavam a indústria, dessa forma tornando o estado endividado.

Tabela 2
Taxa média anual do PIB na Argentina, 1963/1973 (%)

Ano	Varição Anual do PIB
1963	-2,3
1964	10,3
1965	9,1
1966	0,6
1967	2,6
1968	4,3
1969	8,5
1970	5,3
1971	4,7
1972	3,1
1973	6,1

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

A década de 1970 é marcada por um ponto de inflexão na economia argentina. Os choques do petróleo de 1973 e 1979, o modelo de industrialização com forte ingresso de capitais estrangeiros, engendram fortes crises na economia argentina, principalmente com relação às contas nacionais. A dívida passa a ser crescente e o modelo de crescimento econômico impulsionado pela forte intervenção do Estado começa a ser questionado.

A partir do golpe de estado de 1976, as primeiras medidas de transformação estrutural da economia argentina, no sentido contrário ao modelo que vigorara até então, passa a ser sentido, porém sem sucesso. Ocorre na verdade, em relação a esse período, de acordo com Allende (2007, p.40), uma desarticulação no sistema econômico que, ademais de não ter controlado o processo inflacionário, criou novos mecanismos para que se desenvolvesse um processo de alta valorização financeira do capital, endividamento externo e fuga de capitais.

Com isso, a economia argentina entra na década de 1980 com um modelo – industrialização por substituição de importações com forte intervenção do estado – fragilizado que estava de encontro ao seu fim e com grandes problemas a serem resolvidos, como por exemplo, o endividamento externo.

Além disso, as crescentes taxas de inflação que viriam a ser o mote de uma profunda reestruturação econômica no país, também já haviam se tornado uma das questões fundamentais a serem resolvidas.

A dívida externa se tornara crescente e em níveis muito elevados. No ano de 1988, a Argentina chegou a suspender o pagamento da dívida externa. Segundo Mussa (2002, p.14), para satisfazer as diversas necessidades e pressões políticas, o governo argentino exhibe uma persistente tendência a gastar muito mais do que pode arrecadar em impostos. Ainda, conforme Mussa (2002, p14), quando o governo pode financiar o excesso de gastos por meio de empréstimos, pede emprestado ao mercado interno e ao externo, onde encontre crédito disponível.

Outra questão é que a Argentina vinha a taxas decrescentes de seu PIB e as taxas de desemprego se tornavam cada vez mais altas, como se pode verificar na Tabela 3, a seguir. Isso gerava um clima de instabilidade e pessimismo entre a população e os demais agentes econômicos, tornando difícil a reversão do quadro de crise em que se encontrava.

Tabela 3
Taxa média anual do PIB na Argentina, 1985/1990 (%)

Ano	Variação anual do PIB
1985	-6,60
1986	7,30
1987	2,60
1988	-2,00
1989	-7,00
1990	-1,30

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

E o maior de todos os problemas que assolava a economia argentina e que notoriamente marcou a década de 1980 e principalmente seu final, foram as altas taxas de inflação que vigoraram durante todo esse período, que por final levaram a hiperinflação, tendo atingido a casa dos 3.070% em 1989, conforme pode se verificar na Tabela 4.

Tabela 4
Variação anual da inflação na Argentina, 1985/1990

Ano	Taxa de Inflação (%)
1985	672,10
1986	90,10
1987	131,30
1988	343,00
1989	3.070,00
1990	2.314,00

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

Em meio a esse contexto, e sendo partícipe nele também, se encontra o governo de Raul Alfonsín. Seu governo assume, após um período de 7 anos de governo militar em 1983 e se estende até 1989. Como medida a combater essa série de problemas que a economia argentina enfrentava, Alfonsín, implementou o Plano Austral em 1986. Com vistas a combater a inflação galopante, objetivo principal, o plano trazia consigo o congelamento de preços e salários.

Além disso, entre outras medidas, o governo pretendia a eliminação da indexação como mecanismo generalizado na economia, promessa de não emissão de moeda como forma de financiar déficit fiscal e utilização de empréstimos externos para esse fim. O Plano obteve relativo sucesso na medida em que atingiu seus objetivos logo de início, como o controle da inflação. No entanto, logo em seguida o governo viu a necessidade de colocar em prática minidesvalorizações cambiais, por efeito ainda da indexação nos salários, o que veio acarretar num crescente processo inflacionário.

O Plano Austral sofria com o defeito de sua superficialidade em não alterar a base estrutural da economia argentina que se apresentava débil. Requeria enfrentar três problemas estruturais fundamentais: o persistente desequilíbrio fiscal causado pelos elevados déficits fiscais do governo federal, províncias, empresas públicas e sistema de seguridade social; um deficiente sistema financeiro caracterizado por bancos insolventes; e um sistema de serviços sociais com sérios problemas.

Com isso o Plano Austral, apesar de seu pequeno sucesso logo no início de sua implementação, por não enfrentar os problemas estruturais da economia argentina, acarretou em uma hiperinflação ao final do governo Alfonsín em 1989, como visto na tabela 4.

Frente às crises enfrentadas e permanentes ao longo da década de 1980, tanto verificadas na Argentina, como em outros países em desenvolvimento, e dentro do contexto de transformação na economia mundial, liderados pelos países desenvolvidos, surge em 1989, pelo sistema Banco Mundial e FMI, uma série de políticas a serem implementadas como forma de solucionar tais crises – o Consenso de Washington.

Conforme Neutzling Jr. (2008, p.6), o Consenso de Washington continha 10 preceitos básicos, que sugeriam: disciplina fiscal; redirecionamento das prioridades nas despesas públicas em favor de áreas que oferecem tanto alto retorno econômico quanto potencial de melhoria na distribuição de renda, tais como saúde básica, educação primária e infra-estrutura; reforma tributária; liberalização da taxa de juros; taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada de investimentos diretos estrangeiros; privatização; desregulamentação da economia; e garantia dos direitos de propriedade.

Com isso os empréstimos concedidos por tais instituições internacionais, tais como o FMI e Banco Mundial, passaram a ser condicionados ao seguimento desses preceitos básicos, sob o risco dos países interessados em empréstimos não receberem o que tiverem solicitado.

Diante de um cenário de enfraquecimento do Estado, por não conseguir atender as demandas sociais e ineficiência em políticas econômicas adotadas até então, não resolvendo os problemas que se sucediam, como queda da produção, crescimento do desemprego e dívida externa, além do problema crônico da inflação, e frente a um cenário internacional de mudanças da dinâmica econômica em direção a uma liberalização da mesma, a Argentina entra num processo de reformas liberalizantes de sua economia.

Entra em cena o Governo Menem, em 1989, tendo assumido de forma antecipada nesse ano, justamente para fazer frente aos diversos problemas que vinham assolando a economia argentina na década de 1980, principalmente em seu final com o Governo Alfonsín.

1.2 Governo Menem – a experiência do câmbio fixo, a liberalização econômica e o Plano Cavallo: 1989 a 1995

A assunção de Menem a Presidência na Argentina, em julho 1989, chega carregada de expectativas na época, uma das quais, deriva de sua origem partidária – Partido Peronista – com um forte apelo populista e um desejo de parte de uma sociedade de apoio à abertura econômica do país. Atribuía-se a hiperinflação vivida naquele período à patologia do sistema econômico estatista e protecionista. O Estado encontrava-se arruinado e o ideário liberal estava forte na mente da sociedade argentina.

O interessante a notar nesse fato é que justamente o Partido Peronista, com Perón à frente do governo argentino na década de 1950, é que criou as bases estruturais desse sistema protecionista e estatista que nesse momento era visto como patológico. O partido se reformulava com Menem, após anos de ditadura como forma de retomar o governo argentino.

Conforme Cunha e Ferrari (2009, p17), na década de 1980, fortaleciam-se, simultaneamente, duas frentes necessárias para a realização do processo de reformas neoliberais: a confirmação de que o bem estar social viria por meio da liberalização econômica e da ênfase dos mecanismos de mercado em detrimento a regulação estatal; e, em segundo lugar, a identificação com a memória histórica do país, de que, ao menos na aparência, os benefícios econômicos do crescimento seriam repartidos entre todos os setores sociais.

A memória do último quarto do séc.XIX ainda era muito presente. Um período que os investimentos privados se sobressaíam e as ligações comerciais com o exterior eram muito fortes. Conforme Lenz (2004, pg.198), o grande

momento dos investimentos argentinos dessa fase foi, primeiramente, na forma de investimentos privados.

Dessa forma, Menem, além de ter o caminho livre para empreender uma série de reformas em direção a abertura econômica e mudar o rumo da economia argentina, tinha o respaldo da população e demais agentes econômicos que ansiavam por tais mudanças. E assim, se inicia um profundo processo de transformação nas políticas econômicas a serem adotadas, tendo como base o receituário do Consenso de Washington e todo o contexto mundial de mudanças.

Segundo Neutzling (2008, pg.10), logo em seu início de governo, Menem procurou uma aproximação com o E.U.A., tendo ainda entregue o cargo de Ministro da Fazenda a um executivo da multinacional Bunge e Born. E como uma das primeiras medidas, implementou o Plano Bonex, com o fito de deter a inflação e reestruturar a dívida pública, por meio da esterilização da liquidez do sistema. Ainda, conforme o autor, o plano consistia numa troca de depósitos a prazo fixo, poupança e títulos da dívida pública por bônus com prazo de resgate de dez anos.

Essas medidas não obtiveram sucesso, pois a inflação, um dos principais problemas econômicos, não cedia. Ainda no início do governo Menem, foram efetuadas outras medidas, como por exemplo, a eliminação de restrições sobre as transações em divisas. Conforme Valle-Flor (2005, pg.4), tentou-se aumentar a segurança das colocações em moeda estrangeira instituindo uma norma que exigia às entidades bancárias devolver os depósitos na divisa em que tinham sido constituídos.

Porém, as mudanças só apareceram de fato, de forma mais radical no sentido de uma liberalização econômica, quando Domingo Cavallo assume o Ministério da Economia em 1990. Em 1991, foi implementado o plano que viria a mudar o destino da economia argentina – o Plano de Conversibilidade -

concebido por Domingo Cavallo e estabelecido na lei, tendo sido votada em Congresso em março do mesmo ano e aprovada por todos os partidos políticos.

Segundo Modenesi (2005, pg.46), partindo de um cenário nacional devastado por sucessivas crises, a Argentina deflagrou em abril de 1991 o mais fascinante e controvertido processo de política econômica ocorrido na América Latina naquela década. As tensões que aumentavam no país no fim dos anos 1980 e início dos 1990 eram o clímax de um longo período no qual conviveram, nem sempre pacificamente, a instabilidade na área política, a indomável inflação e a perda de dinamismo da economia.

O Plano de Conversibilidade tinha como objetivo conter a inflação de forma definitiva e ter uma moeda sólida, ou seja, estabilização da economia argentina. Consistia em uma taxa de câmbio fixo, com o Peso Argentino, voltando ao seu nome original, a nova moeda, equiparado ao dólar na paridade de 1 por 1, onde ainda a substituição pelo Peso Argentino ante o Austral, se daria na relação de 10.000 Austrais por 1 Peso.

Além disso, conforme Mussa (2002, pg. 31), o nível de reservas do Banco Central, podia reduzir-se ao limite de 80% em situações de emergência declaradas pelo governo, e os restantes 20% em títulos da dívida pública. O Banco Central também ficou proibido por lei de emitir moeda sem o correspondente lastro em dólares. Ainda, de acordo com o autor, o propósito dessas medidas era garantir a credibilidade de que o persistente problema da Argentina, de rápida inflação gerada pela monetização dos déficits fiscais, não iria se repetir no Plano de Conversibilidade.

Contudo, o Plano de Conversibilidade ia além da simples troca de moeda, Austral pelo Peso argentino, com a paridade 1 por 1 com o dólar, num regime de câmbio fixo. Uma série de outras medidas e reformas liberalizantes foram implementadas concomitantemente, o que ficou conhecido como Plano Cavallo. Segundo, Valle-Flor (2005, pg. 2) as reformas se assentam em quatro pontos fundamentais: reforma do Estado, reforma laboral, reconversão industrial e reforma financeira.

A reforma do Estado compreendeu as privatizações das empresas estatais, pois, entendia-se ser muito oneroso ao Estado manter tais empresas, através dos seus financiamentos. De qualquer forma não eram empresas eficientes. Portanto, pretendia-se o enxugamento da máquina pública. Conforme Valle-Flor (2005, pg. 6), os setores abrangidos pelas privatizações mostraram um grande dinamismo, onde os de serviço de infraestrutura, como eletricidade, gás e água, transporte e comunicações, tinham um crescimento de 7% anuais. Ainda, as receitas com privatizações atingiram um percentual de 10% do PIB, e que serviam de base para o financiamento do crescente déficit em transações correntes.

Além disso, a reforma do Estado também passava por uma reforma fiscal e uma reforma da seguridade social. A fiscal tinha o intuito de incentivar o comércio e liberalizá-lo através da queda dos impostos aduaneiros. Viu-se a reformulação do IVA, imposto sobre valor agregado. Porém, a política fiscal na Argentina carregava consigo uma série de problemas como arrecadação de receitas, estrutura das despesas e os gastos com províncias.

Segundo Valle-Flor (2005, pg.8), o sistema de impostos manteve-se complexo e ineficiente, não tendo a capacidade de gerar mais receitas quando necessário. O sistema de impostos permitia uma elevada taxa de evasão fiscal. Existem estimativas que em torno de 40% das transações escapavam ao IVA.

Ainda sobre a política fiscal na Argentina, o sistema de impostos, permitia às províncias uma grande autonomia nos seus gastos públicos e a possibilidade de se financiarem diretamente através de empréstimos, conforme Valle-Flor (2005, pg. 8). Porém a arrecadação de impostos recaía basicamente sobre o Governo Central, o que acarretava nenhum comprometimento por parte das províncias e gastos públicos crescentes. Isso virá a ser um dos grandes problemas na Argentina num período subsequente, como já foi no passado.

Quanto à Seguridade Social, implementam-se duas reformas: a criação da Administração Nacional de Seguridade Social, para administrar o sistema; e, o Sistema Integrado de Aposentadorias e Pensões, criado pelo Banco Mundial, com o objetivo de enfrentar o problema de sustentabilidade do sistema no futuro.

Conforme Valle-Flor (2005, pg. 9), buscava-se com isso, uniformizar benefícios, unificar e reformar a gestão do sistema público, reduzir as contribuições obrigatórias, criar um pilar de capitalização individual compulsório que aumentasse a capacidade de poupança interna do país.

A reforma laboral não foi tão intensa e profunda, como todas as outras empreendidas pelo governo argentino no Plano Cavallo. O mercado de trabalho se manteve bastante rígido, tendo sofrido resistência política para se fazer algum tipo de reforma, no sentido de flexibilizar os contratos de trabalho ou mesmo buscar a redução de custos adicionais em caso de demissão.

Já no plano da política internacional e comercial, se viu uma reversão do que vinha ocorrendo na década anterior, onde se aumentou gradualmente os entraves a importações com vistas a proteger o mercado local. A partir do Governo Menem, as reformas nesse sentido foram de eliminação das restrições quantitativas das importações, na redução gradual das tarifas e na eliminação de taxas de exportações. As tarifas caíram para até 9% em 1991, ante os 40% no ano de 1989, podendo ser de 0% para bens de capital e matérias primas.

Conforme Valle-Flor (2005, pg. 7), a liberalização da balança comercial e de capitais foi um elemento central da reforma estrutural no início dos 1990. Ainda, segundo o autor, outro fator importante na estrutura de tarifas foi o Mercosul. Com a formalização de um espaço econômico regional comum, possibilitou-se a união aduaneira e queda das tarifas, em uma área de comumente de livre comércio. Isso viria a se fazer sentir logo em seguida ao período com o conseqüente aumento das importações na economia argentina.

Apesar de políticas deliberadamente favoráveis ao comércio exterior e à integração da economia argentina ao comércio mundial, a pauta de exportações ainda continuava com o predomínio dos produtos primários. Ainda faltava uma política de melhorias e incentivos na produtividade da produção local. Isso viria a tornar a produção industrial local débil em relação mercado mundial.

Assim, como afirma Neutzling (2008, pg. 12), o Plano foi gradativamente complementado com iniciativas que incluíam abertura comercial do país, redução da proteção alfandegária, fortalecimento da previdência social privada, abertura financeira, e início do processo de privatizações de grandes empresas estatais.

Com isso, sobre a égide de um contexto mundial liberalizante e de quebra ao modelo até então permanente, marcado pela forte presença do Estado, e também dentro de um cenário econômico desfavorável, com problemas crônicos, como a hiperinflação, baixo crescimento de sua produção e crise da dívida externa, é que a economia argentina, pelas mãos do Presidente Menem e o Ministro da Economia Domingo Cavallo, realiza as reformas de forma a mudar o rumo de sua economia. Notadamente mudanças respaldadas tanto pelo Banco Mundial como pelo FMI.

Nesses primeiros anos de Governo Menem, onde as transformações foram mais acentuadas, a economia argentina conseguiu reverter o quadro negativo que havia se instalado até aquele momento. Conforme Valle-Flor (2005, pg. 11), a estabilização dos preços marcou uma ruptura em relação a uma grande tradição inflacionária e constituiu um elemento crucial para a evolução do conjunto das atividades econômicas.

Pela Tabela 5, a seguir, nota-se a queda da taxa de inflação, chegando em 1995, quando da primeira crise enfrentada pelo Governo Menem, a 3,4%.

Tabela 5
Variação anual da inflação na Argentina, 1990/1995 (%)

Ano	Taxa de Inflação
1990	2.314
1991	172,0
1992	24,9
1993	10,7
1994	4,1
1995	3,4

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

O principal fator que assolava a economia argentina havia sido derrotado. Após uma década inteira, anos 1980, de altas taxas de inflação, chegando ao momento de hiperinflação, a sociedade argentina e demais agentes econômicos conviviam com a estabilização dos preços, atingida através do Plano de Conversibilidade. Um fator tão importante em favor da estabilização dos preços foi a abolição da indexação aos contratos, colocando fim a inflação inercial que vigorara até então.

Porém, a dolarização de sua economia trazia um perigo inerente que era a falta de autonomia em determinar os rumos de sua economia, o que irá se verificar no período posterior. Como afirma Neutzling (2008, pg. 13), a política então em curso tornava novamente o país dependente de fatores exógenos muito voláteis e não dependente de condições internas auto-sustentáveis.

Quanto ao crescimento econômico, a Argentina conseguiu retomar um apreciável ritmo, tendo em média no período de 1991-1994 uma taxa média de crescimento de 7,6%, ante uma taxa de crescimento médio na década de 1980 de -0,5% do PIB ao ano. Na tabela 6, a seguir, pode-se verificar as taxas de crescimento do período de 1989 a 1994, os anos de auge do Governo Menem.

Tabela 6
Variação anual do PIB, 1990/1995 (%)

Ano	Variação anual do PIB
1990	-1,3
1991	10,5
1992	10,3
1993	6,3
1994	6,3
1995	5,8

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

A relação dívida externa/PIB, também caiu nesse período inicial do Governo Menem, como pode se verificar na Tabela 7.

Tabela 7
Relação Dívida Externa/PIB 1990/1995(%)

Ano	Relação Dívida/PIB
1990	44,0
1991	34,5
1992	29,9
1993	27,3
1994	29,2
1995	38,3

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

Com isso, o Plano Cavallo e o Governo Menem atingiam seus objetivos: acabar com as altas taxas de inflação, retomar o crescimento econômico e reduzir a dívida externa. Porém, a taxa de desemprego vinha em ascensão, muito pelo intenso processo de privatizações que havia se promovido durante esse governo, como pode se ver na Tabela 8. As privatizações e a tomada do capital estrangeiro sob as empresas estatais geraram demissões.

Tabela 8
Taxa de Desemprego 1990/1995 (%)

Ano	Taxa de Desemprego
1990	7,5
1991	6,0
1992	7,0
1993	9,3
1994	12,2
1995	16,6

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

Esse conjunto de políticas econômicas alteraram profundamente o comportamento operacional da economia argentina, onde o setor privado passa a ser determinante na dinâmica do desenvolvimento econômico. No entanto, apesar da significativa melhora nos indicadores econômicos, irá se revelar nesse mesmo governo, no período seguinte, um sistema frágil, incapaz de fazer frente as mais diversas crises que se sucederam, chegando ao ponto de entrar em colapso. A Argentina passava a ser dependente também do capital financeiro internacional. A balança de pagamentos será ponto chave nos desdobramentos da economia

argentina. Nesse período inicial do Governo Menem, os crescentes déficits na balança de pagamentos serão cobertos pela entrada de capitais estrangeiros, com as privatizações que ocorreram no período.

2. SEGUNDO PERÍODO DO GOVERNO MENEM E CRISE: 1995 a 2002

Em 1995, Carlos Menem é reeleito Presidente da Argentina, respaldado pelo sucesso do Plano de Conversibilidade, e também por ter transposto seus primeiros obstáculos em 1994, quando da eclosão da crise mexicana.

A economia argentina chegava a esse período, pelo Plano de Conversibilidade em um regime de câmbio fixo, sob a Presidência de Carlos Menem na Presidência e Domingo Cavallo como Ministro da Fazenda, tendo conseguido atingir seus objetivos, como acabar com a hiperinflação que assolava a economia argentina. Além de ter revertido um quadro de expectativas que até a década de 1980 era desfavorável a construção de uma economia estável com a retomada do crescimento econômico.

Segundo Valle-Flor (2005, pg.31), após uma década de alta inflação e estagnação do produto, o Plano de Conversibilidade introduzido em 1991 teve como principal objetivo a estabilização da economia. A adoção do *Currency Board* e de outras reformas estruturais como a Lei de Reforma do Estado e a criação do Mercosul, entre outras, permitiram que a economia crescesse a uma taxa média de 6%. Ainda, conforme o autor, essas reformas tinham como principal objetivo, além da estabilização macroeconômica, o crescimento do investimento, uma maior eficiência interna e uma maior abertura ao exterior.

Dessa forma, a década de 1990, principalmente em seu período inicial do Governo Menem, como visto no capítulo anterior do presente trabalho, representou um período de grandes transformações na economia argentina. A partir desse período o modelo de desenvolvimento econômico esteve assentado

em políticas que compreendiam: redução da intervenção do Estado na economia; liberalização financeira; maiores atribuições ao setor privado sobre o crescimento econômico; estabilização dos preços sob um regime de câmbio fixo; reforma da seguridade social; reforma laboral, ainda que essa tenha sido mais branda; e reforma tributária.

Contudo, esses primeiros anos de sucesso foram rompidos ao decurso do segundo Governo Menem. Nesse segundo período o governo enfrentou algumas crises internacionais, como a crise mexicana, asiática, russa e a desvalorização cambial brasileira, deixando visível a debilidade das políticas econômicas adotadas, bem como a falta de uma alternativa ao regime de câmbio fixo, visto que todas as medidas foram na intenção de sustentar tal regime. O que no período seguinte irá desencadear a mais profunda crise que a economia argentina enfrentou nos últimos anos.

2.1. Início do Segundo Governo Menem

Em 1995, Menem é reeleito com a promessa de manter a conversibilidade. Assim, dar prosseguimento à recente estabilidade econômica atingida. Porém, a partir desse período foi desencadeado uma série de crises internacionais, onde, vem a tona as fragilidades dos fundamentos da política econômica adotada até então.

2.1.1.As crises internacionais durante o segundo Governo Menem

Em dezembro de 1994, foi desencadeada a crise tequila, no México, com a desvalorização do peso mexicano. A crise da dívida nesse país fez com que o México viesse a decretar moratória, causando a desconfiança dos investidores internacionais. Conforme Neutzling Jr. (2008, p.14), esse país praticou durante anos um câmbio fixo supervalorizado, que prejudicou as exportações e fez disparar as importações. Isso criou um déficit contínuo na balança comercial, que foi financiado com capital externo volátil. Ainda segundo Neutzling Jr. (2008, p.14), quando os investidores estrangeiros perceberam os riscos a que estavam

submetidos, ocorreu uma fuga maciça de capitais e o país acabou entrando em um colapso cambial.

A crise mexicana ou crise tequila como foi chamada logo atingiu a economia argentina com a significativa saída de capitais no primeiro trimestre de 1995, tendo criado graves problemas de liquidez. Segundo Valle-Flor (2005, p.15), alguns bancos argentinos perderam mais de 50% dos seus depósitos e aqueles que se encontravam mais diretamente expostos com o México, acabaram por fechar.

A saída de reservas deteve-se com o acordo com o FMI em abril de 1995, conforme Valle-Flor (2005, p.16). Com isso houve reversão das expectativas. Além disso, a alteração de alguns aspectos da lei orgânica do Banco Central, como a possibilidade de renovar dívidas e recompra de títulos por períodos mais longos, teve por efeito suavizar os efeitos da queda de reservas. Sendo esses dois pontos decisivos para conter a crise e remonetarizar a economia argentina.

Em 1997, se verificou a crise financeira das economias do sudeste asiático. Essa crise começa na Tailândia e teve por base a pressão internacional para que estes países liberalizassem no início da década de 1990 os mercados de capitais e financeiros.

O contágio da crise asiática na economia argentina, conforme Valle-Flor (2005, p.16), é verificado em outubro de 1997, quando internacionalmente se especulou sobre a manutenção do currency board em Hong Kong. Ainda segundo o autor, os efeitos negativos refletiram-se na subida das taxas de juros, descida do preço dos ativos e na redução das reservas internacionais.

No ano seguinte, mais uma crise internacional veio a ser sentida, a crise russa. A Rússia que no decurso da década de 1990 veio a sofrer com a terapia do choque imposta pelo FMI, de forma a efetuar a transição para uma economia de mercado. Trouxe consigo efeitos como a queda do produto em 50% e num aumento drástico dos índices de pobreza, acarretando na crise russa em 1998. Quando em 1998, a Rússia entrou em descumprimento da sua dívida, verificou-se

um repentino e persistente colapso nos fluxos de capital para as economias emergentes, segundo Haussmann (2001, pg.1). Logo, na economia argentina refletiu-se na alta da taxa de juros e indicador de risco país, diminuindo-se os fluxos de capital, afetando o investimento privado e também o consumo.

Em 1999, ocorre a desvalorização cambial brasileira, que, da mesma forma que a economia argentina, vinha até próximo a esse período com um câmbio supervalorizado frente ao dólar. A partir das crises sucedidas internacionalmente, vieram minidesvalorizações. Porém no ano de 1999, com os problemas de déficit na balança comercial, crise da dívida e de balança de pagamentos, o Brasil desvaloriza seu câmbio mais acentuadamente. Com a proximidade do Brasil da Argentina, tanto territorialmente como economicamente, além da questão Mercosul em voga naquele momento, trazia consigo como preocupação não apenas o efeito contágio da desvalorização cambial, mas também de uma mudança de preços relativos entre as duas economias e repercussões na produção argentina.

Conforme Valle-Flor (2005, pg. 17), a par da queda do preço das ações deu-se uma subida das taxas de juros, além de ter sido observada uma contração apreciável do nível de atividade e no recebimento de impostos. Segundo Heymann (2000, pg. 274), apesar da intensidade do choque externo que atuou sobre a economia argentina em 1999, não se verificaram pressões sobre o tipo de câmbio, mantendo-se a percepção que uma eventual alteração da paridade implicaria custos muito altos.

Contudo, os choques externos que sucederam nesse período, deixaram evidentes problemas de ordem estrutural no regime de *currency board* adotado na economia argentina. Problemas como endividamento externo, competitividade da economia e de falhas do setor público. Além disso, outros fatores exógenos como a queda nos preços das commodities agrícolas e minerais, em conjunto com a apreciação do dólar nos anos seguintes, amplificaram o cenário de baixa liquidez financeira externa e a redução da competitividade comercial, conforme Cunha (2006, pg.278).

2.1.2. Medidas adotadas e conseqüências frente as crises

Menem é reeleito em 1995 sob o espectro do sucesso de seu governo com Domingos Cavallo, à frente e a promessa de manutenção do plano que até aquele momento conseguira atingir seus principais objetivos: estabilizar a economia, acabando com a hiperinflação e retomar o crescimento.

Ainda nesse mesmo ano de 1995, consegue enfrentar a primeira grande crise internacional, a crise mexicana ou crise tequila, conseguindo com que seu país passasse por esse momento sem grandes sobressaltos, pelo menos, diante da semelhança do Plano Econômico adotado no México em relação ao Plano de Conversibilidade da Argentina.

Contudo, durante esse período de crises internacionais, basicamente todo o segundo Governo Menem, os problemas estruturais da economia argentina ficaram evidentes. Principalmente a questão referente ao crescente déficit comercial, balança de pagamentos e endividamento externo.

Conforme Neutzling Jr. (2008, pg. 15), a sobrevalorização da taxa de câmbio, imposta pelo regime de *currency board*, também criou outro fator de desequilíbrio: o déficit na balança comercial. Ainda, segundo o autor a moeda local adquiriu poder de compra, fazendo com que se disparasse as importações acima das exportações.

A paridade peso dólar, ainda por cima, fez com que os produtos nacionais perdessem em competitividade frente aos produzidos externamente. Soma-se a isso, o fato de que o programa de reformas implementado no início do primeiro Governo Menem contemplava também a redução gradual das tarifas das importações, bem como das exportações. A política de liberalização da balança comercial e de capitais foi um dos elementos centrais da reforma estrutural do início da década de 1990. Além da pauta de exportações argentinas serem fortemente concentradas em produtos primários de baixo valor agregado.

Vale ressaltar que o problema da balança comercial com o crescente déficit é algo que já vinha se estabelecido na economia argentina desde as décadas passadas, porém, após a implementação das reformas com Menem e Cavallo, isso se torna mais evidente, conforme Tabela 9.

Tabela 9
Balança Comercial Argentina (US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1990	12.353	4.077	8.276
1991	11.978	8.275	3.702
1992	12.399	12.795	-1.396
1993	13.269	15.633	-2.364
1994	16.023	20.162	-4136
1995	21.162	18.084	2.357
1996	24.043	22.283	1.760
1997	26.431	28.554	-2.123
1998	26.434	29.531	-3.097
1999	23.309	24.103	-795
2000	26.341	23.889	2.452
2001	26.543	19.158	7.835

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina *Apud* Neutzling Jr.

Conforme Cunha e Ferrari (2006, pg. 275), o sistema de conversibilidade induziu a cristalização de um padrão de crescimento baseado na expansão do consumo privado em um ritmo superior à variação da renda, financiado com crescente endividamento externo.

Esse será o calcanhar de Aquiles da economia argentina e do plano de conversibilidade no período de 1995 a 2002, quando o governo argentino não contará mais com a entrada de capitais, investimentos diretos via privatizações implementadas durante o primeiro Governo Menem. Segundo Valle-Flor (2005, pg. 6), no período de 3 anos (1991-1994), o Governo privatizou 90% das empresas públicas. Ainda, segundo o autor, é de salientar que as privatizações representaram no período de 1990 a 1993 44% das entradas líquidas de capitais. De acordo com Cunha e Ferrari, no auge da fase eufórica do modelo, entre 1992 e 1998, a economia cresceu ao ritmo de 6% ao ano, acumulando um déficit

em transações correntes de mais de US\$ 60 bilhões, financiados por uma entrada líquida de capitais de cerca de US\$ 100 bilhões. Somente em investimento direto externo o país captou US\$ 60 bilhões no mesmo período, quando da privatização de setores importantes como energia, petróleo e telecomunicações.

Tabela 10
Entrada Líquida de Capitais - Privatizações

Ano	US\$ milhões
1990	1.787
1991	1.962
1992	5.496
1993	5.455
1994	922
1995	1.410
1996	736
1997	1.220
1998	522
1999	4.337

Fonte: Ministério da Economia da Argentina e INDEC (Instituto Nacional de Estadística e Censos de la República Argentina)

Com isso, a economia argentina se tornava dependente de fatores exógenos muito voláteis e não de condições internas estruturais de sua economia, engendradas pelo próprio plano de conversibilidade. Dada a magnitude do peso das privatizações sobre as contas do Governo, quando terminou o estoque de empresas estatais a serem vendidas, a situação externa começou a se deteriorar.

Enquanto havia confiança por parte dos investidores estrangeiros, ocorria intenso ingresso do *hot-money*, capital especulativo de curto prazo, em decorrência das operações de arbitragem nas taxas de juros. Terminado o estoque de empresas estatais a serem vendidas, a situação externa piorou muito, bem como fez crescer o bolo da dívida externa.

O crescente déficit, derivado da expansão nos gastos com bens e serviços do resto do mundo em uma proporção muito maior do que a capacidade da economia argentina adquirir divisas por meio das exportações, era reflexo do

modelo adotado pelo regime de *currency board*. E para sustentação de tal modelo, com crescente déficit, se fez necessário a entrada de capitais pela via financeira, tendo implicado no endividamento crescente.

Conforme Cunha e Ferrari (2006, pg. 276), isso fez com que a conta de juros mais do que triplicasse sua participação no total dos gastos públicos, dado que a dívida externa era predominantemente pública. Ainda segundo os autores, a conta de juros no balanço de pagamentos passou de uma posição deficitária de pouco mais de US\$ 1 bilhão, no começo dos anos 1990, para uma média superior a US\$ 6 bilhões, entre 1999 e 2003.

Tabela 11
Pagamento Juros, Receitas Correntes e PIB preços correntes (%)

Ano	Pagto Juros/Receitas Correntes	Pagamento Juros/PIB
1993	5,8%	1,2%
1994	6,3%	1,2%
1995	8,3%	1,6%
1996	9,8%	1,7%
1997	10,5%	2,0%
1998	11,8%	2,2%
1999	14,8%	2,9%
2000	17,2%	3,4%
2001	19,9%	3,8%

Fonte: Valle-Flor, 2005.

Conforme a Tabela 11, verificamos a deterioração da relação juros pagos versus receitas correntes e versus PIB a preços correntes. A cobertura dos déficits sucessivos por capitais financeiros só fazia com que a situação das contas externas do governo piorasse ainda mais.

Além disso, o governo argentino mantinha uma indisciplina fiscal insustentável e que agravava as contas públicas. Mussa (2002) considera importante ressaltar o peso das províncias na análise de um orçamento consolidado e não apenas do governo central. No sistema argentino, as províncias eram autônomas relativamente aos seus gastos, enquanto a

responsabilidade de gerar receitas e o pagamento da dívida ficavam a cargo do governo central.

Segundo Mussa (2002, pg. 20), para efeitos do aumento da dívida pública, deve ser considerado em grande parte o agravamento do saldo orçamental consolidado. Ainda segundo Mussa (2002, pg. 23), na Argentina, as províncias apresentam um déficit crônico e recorrem ao governo central para que esse assumira a responsabilidade de suas dívidas.

Deve ser salientado, também, que a liberalização do comércio implementado pelo Governo Menem refletiu-se numa diminuição dos impostos aduaneiros. Apesar da reformulação do IVA e de impostos sobre rendimentos, durante o Plano Cavallo a economia argentina teve pouco êxito na obtenção de arrecadação de impostos, ficando na média a 20% do PIB, enquanto em outros países, a arrecadação chega a próximos 50% do PIB. Conforme alguns autores, isso deve-se a elevada taxa de evasão fiscal, a irresponsabilidade das províncias e as despesas não orçamentadas.

De acordo com a Tabela 12, verifica-se a inversão da posição de arrecadação com receitas frente as despesas do Governo. Passa de uma posição superavitária para uma posição de relativo equilíbrio, chegando em 2000, período que antecede a grande crise argentina, com as despesas do governo superiores as receitas, em 7 bilhões de pesos correntes.

Tabela 12
Receitas e Despesas do Governo Argentino (milhões de Pesos Correntes)

Ano	Receitas	Despesas
1993	50.726,5	47.996,0
1994	51.078,2	51.364,3
1995	50.293,6	51.666,9
1996	47.668,9	52.933,3
1997	55.376,7	59.653,3
1998	56.726,1	60.799,6
1999	58.455,4	63.223,8
2000	56.750,5	63.362,1

Fonte: Valle-Flor, 2005

Dessa forma, o endividamento externo e a entrada de capitais especulativos se tornavam inevitáveis. O governo Menem, ainda com o objetivo de manter a conversibilidade, sustentava tal modelo frente as crises ocorridas no período, recorrendo ao Fundo Monetário Internacional e elevando sua taxa de juros para atrair capitais estrangeiros.

Não haviam motivos suficientemente fortes para que o Governo Menem, juntamente com Cavallo à frente do Ministério da Economia, implementassem um plano de saída ou abandono do regime de conversibilidade. Apesar de algumas fragilidades estruturais terem sido apontadas e verificadas, a economia argentina tinha conseguido passar sem sobressaltos a crise mexicana em 1995. Nem o governo argentino, nem o Fundo Monetário Internacional – responsável pelos socorros financeiros ao país - tão pouco a população argentina entendiam ser o regime de conversibilidade o maestro de uma crise que estava para ser desencadeada no país. Porém, como alguns dados denotam, a insistência na seqüência do Plano e a falta de uma alternativa serão os principais responsáveis pela crise de 2001.

Cunha e Ferrari (2006, pg. 276), nos colocam que a dívida pública argentina passou de cerca de 35% para 64% do PIB, entre 1993 a 2001. Ainda segundo os autores, tal incremento deu-se quase que exclusivamente em títulos denominados em dólares, atrelando-se com isso a fragilização fiscal à fragilização externa.

Com esse padrão de crescimento da dívida e reduzida capacidade de pagamento, pelo deficiente sistema de arrecadação de impostos, tendo seus títulos da dívida atrelados à moeda estrangeira, a economia argentina estava cada vez mais vulnerável às crises externas. Crises que foram colocando em questão os fundamentos que davam sustentação ao regime de conversibilidade.

Tabela 13
Dívida Pública (milhões de dólares)

Ano	Total Dívida Pública
1992	59.357
1993	66.259
1994	77.967
1995	84.295
1996	96.447
1997	101.313
1998	112.357
1999	121.877
2000	128.018
2001	144.453

Fonte: Valle-Flor, 2005

Ainda com relação ao período e efeitos de um câmbio supervalorizado, muitas indústrias argentinas foram extintas no período, por não conseguirem fazer frente à concorrência estrangeira, que detinham produtos de maior valor agregado. Produtos com alta tecnologia empregada entravam no mercado argentino em condições muito favoráveis e contavam com um câmbio que os favorecia em termos de concorrência de preços.

Conforme Neuzling Jr. (2008, pg. 17), os setores mais dinâmicos e rentáveis da economia argentina, como indústria do petróleo, eletricidade, telefonia e bancos foram privatizados e entregues aos investidores estrangeiros.

Nesse período, as crises se desenrolando – crise mexicana, asiática, russa e a desvalorização cambial brasileira – e as desvalorizações das moedas desses países emergentes em crise, vem afetar sobremaneira os termos de troca da argentina em relação aos outros países. Principalmente quando da desvalorização cambial brasileira em 1999, país vizinho e parceiro de Mercosul.

Conforme Valle-Flor (2005, pg.12), estima-se que ao longo da década de 1990 a taxa de câmbio real efetiva se tenha apreciado significativamente, cerca de 40%. O autor ainda complementa que a apreciação real do dólar em 1998 contribuiu para a sobreavaliação do peso em cerca de 20%, enquanto a

desvalorização do real, em 1999, contribuiu com 11%. Isso teria um efeito de mais de dois terços da supervalorização do peso ao final da década de 1990.

Como resultado da perda de competitividade de suas empresas, privatizações e perda nos termos de troca em relação a seus parceiros internacionais, a taxa de desemprego na Argentina, passou a ser crescente e chegou a patamares elevados em 1999, quando da troca do Governo Menem, de acordo com a Tabela 14, a seguir.

Tabela 14
Taxa de Desemprego (%)

Ano	Taxa Desemprego
1992	7,0
1993	9,6
1994	11,5
1995	17,5
1996	17,2
1997	14,9
1998	12,9
1999	14,3
2000	15,1

Fonte: Valle-Flor, 2005

A crise social atingia níveis insuportáveis em fins do mesmo período, quando a taxa de pobreza chegou a marca de 30%, como pode ser verificado na Tabela 16. E na grande Buenos Aires, no auge da crise em 2002, a taxa de pobreza ultrapassou os 40%.

De acordo com as Tabelas 14 e 15, verifica-se um salto nos indicadores de desemprego e pobreza no ano de primeira crise internacional, a crise mexicana no ano de 1995. Após, uma certa manutenção dos indicadores, voltando a crescer ao final da década quando da troca de Governo em 1999 quando a crise da dívida e balança de pagamentos são mais sentidas, frente a desvalorização cambial brasileira

Tabela 15
Taxa de pobreza na Argentina (%)

Ano	Taxa
1992	24,1
1993	21,8
1994	21,6
1995	27,2
1996	30,0
1997	29,4
1998	29,4
1999	31,5
2000	34,32

Fonte: Valle-Flor, 2005

Da mesma forma, percebe-se quanto a evolução do PIB, como visto na Tabela 16.

Tabela 16
PIB 1995/2000 (%)

Ano	PIB
1995	-2,8
1996	5,5
1997	8,1
1998	3,9
1999	-3,4
2000	-0,5

Fonte: Valle-Flor, 2005

Em 1995, o PIB sofre com uma queda de 2,8%, e logo em seguida ocorre uma recuperação do mesmo. Porém, isso vem a um custo de sobrecarregar e comprometer as contas nacionais da economia argentina, pela sustentação do modelo de conversibilidade. Ademais, o decréscimo do PIB, em 1999 e 2000, além de ter sofrido com a crise da dívida, sofre influência da estagflação e deflação do período. Resultado da recessão do período e perda nos termos de troca.

O Governo Menem chega ao seu final, em 1999, tendo comprometido as estruturas e fundamentos da economia argentina. Havia atingido seu objetivo de

conter a inflação, e implementado reformas no sentido de liberalizar a economia. Mas a um preço elevadíssimo. Ainda durante seu Governo Cavallo se retirou do Ministério da Economia em 1996 e retornaria somente em 2001.

A Argentina chega ao final da década com um dívida externa de quase 150 bilhões de dólares, sendo 60% referente a dívida pública e 40% a privada. Os juros da dívida representavam mais de 40% do valor das exportações.

Assim, em 1999, diante de um clima de incertezas e início da mais profunda crise da história da Argentina, Fernando de La Rúa, vence as eleições derrotando o peronista Eduardo Duhalde. No entanto, o regime de conversibilidade é mantido. Conforme Cunha e Ferrari (2006, pg.278), a partir de 1999, o país mergulhou em uma profunda recessão. Em particular, o ano de 2001 foi marcado por uma crescente perda de confiança na solvência da economia argentina, especialmente do setor financeiro.

As reservas bancárias do país não se sustentavam a níveis confiáveis. Nem mesmo os empréstimos realizados pelo FMI, a fim de manter as reservas e fazer com que a credibilidade voltasse, eram suficientes. Em 2001, Cavallo volta ao Ministério, ainda numa última tentativa de salvar o Plano de Conversibilidade. Como primeira medida, Cavallo, recriou o imposto sobre transações financeiras e logo em seguida, anunciou uma taxa de câmbio preferencial para as exportações e um alargamento do prazo da dívida. Ainda, em 2001, o governo argentino, implementa o déficit zero. Isso subordinava o pagamento de salários ao serviço da dívida, acarretando em pressões sociais sobre o governo.

Dessa forma as tentativas de flexibilização da política monetária e cambial, combinado com uma austeridade ortodoxa dentro das contas públicas, não se mostraram bem sucedidas. Além disso, as especulações sobre a desvalorização do peso e a corrida da população pela troca por dólares, fez com que o governo limitasse os levantamentos dos depósitos bancários.

Segundo Neutzling Jr. (2008, pg. 18), o governo confiscou os depósitos bancários – o *corralito* – tornando a conversibilidade do peso de forma totalmente

impossível. Ainda, de acordo com o autor, nas vésperas da implantação do *Corralito*, as reservas cambiais garantiam apenas 25% do passivo do sistema monetário.

A situação econômica e social, tornaram-se insustentáveis. Em dezembro de 2001 dois episódios marcam o final do ano: Cavallo demite-se do cargo de primeiro ministro; e, logo em seguida, De la Rúa renuncia à Presidência. Após isso, três presidentes se sucedem ao Governo Argentino. Nesse mês de dezembro de 2001, conforme Valle-Flor (200, pg. 36), a produção industrial caiu 8% face ao ano anterior, a construção baixou 36% e as importações baixaram em 50%. Ainda no mesmo mês, o presidente Rodriguez Saá declara o incumprimento da dívida pública com credores privados.

As agitações sociais seguiram, até que em 9 de janeiro de 2002, Eduardo Duhalde, em substituição ao presidente Saá, por decreto, anuncia o fim do Plano de Conversibilidade, dando lugar a um sistema cambial dual, o qual não teve muito tempo de duração. A economia argentina chegava em 2002, após mais de uma década de um regime de *currency board*, em uma profunda crise econômica e social.

As conseqüências econômicas e sociais desse período, segundo Cunha e Ferrari (2006, pg.279), deve partir da constatação de que a Argentina passou, em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social para um novo perfil de concentração de renda mais próximo a realidade latino-americana. A pobreza, que era um fenômeno marginal, tornou-se generalizada.

3. DA CRISE À RECUPERAÇÃO ECONÔMICA – KIRCHNER

A Argentina chega, em 2002, com uma profunda crise econômica e social sem precedentes na sua história. Um país notadamente marcado por sua diferença do restante dos países da América Latina, no tocante ao aspecto social – a Argentina sempre foi um país mais homogêneo, com melhor distribuição de renda – chega nesse momento de crise, com indicadores de desigualdade, já próxima dos demais países latino americanos.

Um índice que demonstra o grau de desigualdade social é o índice de Gini. Uma comparação desse índice em relação ao Brasil, na Tabela 17, demonstra claramente que a Argentina vem com crescimento da desigualdade enquanto o Brasil vem reduzindo seu índice de forma contínua a gradual.

Tabela 17
Índice de Gini para Brasil e Argentina 1998/2003

Ano	Brasil	Argentina
1998	0,600	0,502
1999	0,598	0,490
2000	0,597	0,510
2001	0,596	0,522
2002	0,590	0,530
2003	0,583	0,537

Fonte: Neutzling Jr. 2008

Portanto, além dos problemas econômicos a serem resolvidos nesse momento de crise, o governo argentino teve pela frente os problemas sociais que a crise havia gerado e com essa, todas as pressões que a população terá exercido para a solução dos problemas.

De acordo com Cunha e Ferrari (2006, pg.279), entre 1980 e 2002, o decil superior viu sua participação na renda passar de 31% para 41%, enquanto o decil inferior experimentou uma queda de 2,8% para 1,8%. No entanto, o principal efeito da crise foi ter atingido as classes intermediárias, que viram sua participação na renda caírem em até 10%, contraindo assim a classe média argentina. A distribuição de renda argentina passara a ser pior que de muitos países latino americanos, como Colômbia, Equador, Paraguai, só ficando atrás do Brasil.

Soma-se a isso a deterioração dos salários, que em mais de 60% dos assalariados recebiam menos que o valor da cesta básica, não sendo suficiente para cobrir as necessidades básicas da população.

Estima-se que em 1980, pelos critérios da CEPAL, somente 7% das famílias urbanas foram declaradas pobres – que recebem menos que o dobro do valor da cesta básica de alimentação – e apenas 2% indigentes. No entanto, em 2002, esses percentuais respectivamente passam a ser de 45% e 21%.

Ainda, ao encontro a essa situação de crise social, perdas de rendimentos por parte da população assalariada, o fim do regime de conversibilidade, decretado em 2002 por Duhalde, faz com que os preços voltem a subir de forma moderada, por efeito da desvalorização cambial. Além disso, com a alta da taxa de desemprego, não exercendo pressão para subida dos salários, e redução da atividade econômica, há uma perda real no ganho dos trabalhadores.

Cunha e Ferrari (2006, pg.281), nos colocam que de 2002 a 2004, a inflação acumulada chegou à casa dos 50%, enquanto os salários nominais variaram pouco mais de 30%. Ainda de acordo com os autores, é importante salientar que, com a crise social instalada a partir de 1999, os rendimentos reais do trabalho atingiram seus níveis mais baixos em um quarto de século.

Nesse contexto de forte crise social, colocada por alguns autores como uma crise sem precedentes na história da Argentina, se impunha a resolução de problemas como a volta do crescimento econômico, retorno do investimento,

controle da inflação que já voltava a crescer, incremento da atividade econômica para reduzir o desemprego e, o maior dos problemas, a dívida externa.

A Argentina chegou em 2002 com uma dívida estimada de US\$ 189 bilhões, uma taxa anualizada da inflação em torno de 25%, a taxa de desemprego próxima dos 20% e com uma recessão econômica que constituiu uma das maiores quedas da história do PIB argentino, atingindo o nível de 11% negativos.

Contudo, havia a questão política que estava extremamente afetada. Somente em dezembro de 2001, foram 3 Presidentes à frente do país. E nesse período, ainda, foi implementado o *corralito*, como forma de manter a solvência dos bancos argentinos e evitar a fuga de capitais.

Em janeiro de 2002, já com Eduardo Duhalde na Presidência, foi decretado o fim do regime de conversibilidade que perdurara durante uma década na Argentina. Tendo em seu período inicial atingido os objetivos que se propunha, porém, pela falta de flexibilização do Plano, não conseguiu fazer frente às diversas crises ocorridas na década de 1990, deixando evidenciadas as fragilidades dos fundamentos do Plano argentino, da mesma forma que as estruturas econômicas do país.

Em 2002, porém, antes do fim do regime de conversibilidade, Duhalde transformou em pesos as dívidas que estavam em dólares, e manteve a inconversibilidade dos ativos dolarizados. Além disso, os depósitos bancários em dólares foram trocados pela taxa de US\$ 1 = 1,40 pesos.

O cenário de crise econômica, política e social estava posto. Diversas questões econômicas a serem enfrentadas pelo governo que estava por vir, no ano de 2003, diante de uma demanda social crescente.

3.1. Governo Kirchner e a recuperação econômica: 2003 a 2007

Em abril de 2003, Nestor Kirchner, foi eleito presidente da Argentina, tendo assumido o governo em maio do mesmo ano. Após Carlos Menem, novamente o Partido Peronista estava a frente da Presidência Argentina. O Partido Peronista é um partido com forte apelo popular, e que sempre traz consigo a lembrança do Governo Perón da década de 1950.

O novo governo, de Nestor Kirchner, assumiu em um período de profunda crise econômica, social e política, além de ainda contar com algumas alterações na condução das políticas econômicas adotadas até o período antecessor e durante a crise.

Conforme Neutzling Jr. (2008, pg.20), com o abandono da conversibilidade, o sistema monetário foi pesificado, isto é, o peso voltou a ser a unidade de conta do país. Ao mesmo tempo, o Banco Central Argentino retomava as rédeas da política monetária como instrumento operacional.

Durante o novo governo, a economia argentina retomou o crescimento econômico, conseguindo sair do momento de crise que abalou o país também politicamente e socialmente. Implementou medidas nada ortodoxas, por vezes consideradas polêmicas e até mesmo populistas, características do peronismo, seu partido, mas que resultou na recuperação da atividade econômica.

Como já visto no presente trabalho, a crise em que a Argentina entra a partir de 1999, tendo seu ápice em 2002, é resultado de uma série de fatores que contribuíram para que se chegasse nesse ponto de perturbação social. Tanto fatores internos da própria economia argentina, como sua estrutura das contas públicas e também inerentes ao próprio regime de conversibilidade – a sua não flexibilidade, como fatores exógenos, a ver as crises que se sucederam ao longo da década de 1990. A conjunção desses fatores foram responsáveis pelo desencadeamento da mais séria crise da história econômica argentina.

Segundo Cunha e Ferrari (2006, pg.283), muitas economias periféricas são tragadas em ondas de euforia seguidas de depressão em função da ampliação ou contração das condições de financiamento externo e do padrão de distribuição do poder interno, o que condiciona a cristalização de modelos de crescimento baseados no consumo e no endividamento.

Nesse sentido a economia argentina se encaixa ao par, na medida em que a globalização financeira da década de 1990 promoveu uma maior integração aos mercados de capitais mais dinâmicos, assim estando, a economia argentina, enquadrada aos marcos mais gerais dos efeitos da liberalização financeira sobre os países em desenvolvimento.

O que se viu até aqui foi que a Argentina ao início da década de 1990, tendo se afinado novamente com os mercados financeiros internacionais, através da liquidez externa abundante e a oferta doméstica de ativos, via privatizações e desregulamentação de seu mercado, havia atingido a estabilização de sua economia e voltado a patamares elevados de crescimento. Mas, com um custo elevadíssimo comprometendo sua balança de pagamentos, prejudicando suas contas nacionais e endividando-se.

Advindo as crises internacionais, a falta de confiança nos países em desenvolvimento fez com que a liquidez externa se reduzisse, dessa forma a Argentina passava a contar somente com recursos oficiais do FMI, elevando ainda mais o endividamento.

Chegava então, a Argentina no período que antecede a Kirchner com o elevado endividamento externo, além dos demais problemas econômicos que emergiram durante a conversibilidade. Segundo Cunha e Ferrari (2006, pg. 288), restava a necessidade de reestruturar uma dívida pulverizada de um país em convulsão social.

Kirchner logo de início suspendeu os pagamentos da dívida externa e desvalorizou a taxa de câmbio, tendo beneficiado o país com o aumento das exportações, de acordo com a Tabela 18.

Tabela 18
Exportações e Importações (US\$ milhões) 2001/2006

Ano	Exportações	Importações
2001	26.543	19.158
2002	25.651	8.473
2003	29.939	13.134
2004	34.576	21.311
2005	40.352	27.302
2006	46.569	32.593

Fonte: Neutzling Jr. 2008

De acordo com Neutzling Jr. (2008, pg. 20), a desvalorização cambial, contribuiu para o aumento da produção doméstica, reduziu o desemprego e aumentou as reservas cambiais sem depender de privatizações ou de afluxo de capital financeiro externo.

Porém, a grande questão a ser resolvida era a dívida externa. E nesse ponto reside um dos aspectos relevantes do governo Kirchner. Seu governo empreendeu uma negociação e reestruturação da dívida, tendo sido considerado um dos maiores deságios da história.

O governo de Kirchner propôs aos credores externos um desconto de 75% na dívida, tendo sido aceito por três quartos dos credores. Isso representou em 2004 uma redução da dívida de 125% do PIB, para em 2005, 70% do PIB. Além disso, seus prazos de vencimento chegam a 42 anos. A economia argentina voltava a ter credibilidade no cenário internacional. Estava restabelecida a confiança na economia argentina. No entanto, o percentual da dívida em relação ao PIB ainda permaneceu alto, sendo uma das grandes preocupações da economia argentina, de acordo com a Tabela 19.

A economia argentina, diante dessa elevada relação dívida/PIB, precisa empreender uma série de esforços, como ter um superávit primário elevado, como forma de manter o pagamento dos serviços da dívida, honrando com seus compromissos.

Tabela 19
Dívida Pública/PIB (%) 2000/2006

Ano	Dív.Pública/PIB
2000	45,70
2001	53,70
2002	149,90
2003	137,90
2004	124,90
2005	70,20
2006	66,00

Fonte: Secretaria da Hacienda Argentina *Apud* Viviane Silva Rosa, 2007.

Deve ser considerado também para efeitos da renegociação e reestruturação da dívida o contexto excepcionalmente favorável de crescimento da demanda mundial e de recuperação do preço das *commodities*. Além disso, ocorre o crescimento sincronizado da economia mundial de 5,1% em 2004, segundo estimativas do FMI, uma taxa recorde desde 1976. E nos países em desenvolvimento, o crescimento estimado ainda foi maior, na ordem dos 7%, a mais elevada em 30 anos.

Conforme Cunha e Ferrari (2005, pg.290), uma avaliação da renegociação da dívida argentina não pode prescindir de uma contextualização tanto da realidade local como do cenário internacional, pois ambos o condicionaram.

Portanto, da mesma forma que a série de crises internacionais no período anterior haviam afetado a economia argentina, nesse momento o cenário internacional terá sido favorável à recuperação da economia argentina.

Diante disso, a economia argentina voltava a crescer, mesmo diante de um baixo percentual de investimento direto estrangeiro, ainda que tenha havido uma pequena recuperação, de acordo com a Tabela 20. A produção passa a contar muito mais com a capacidade ociosa decorrente da crise de 2001 e 2002, do que propriamente de um impulso originado de forte investimento.

Tabela 20
Investimento direto estrangeiro 2000/2005

Ano	US\$ Bilhões
2000	10,4
2001	2,2
2002	1,1
2003	1,0
2004	3,1
2005	3,5

Fonte: Neutzling Jr. 2008

Ao desvalorizar a taxa de câmbio, aumentaram-se as exportações e a produção interna, pois dado o decréscimo do mercado interno, em função da crise anterior, não restava alternativa a não ser forçar a economia para fora.

Ainda assim, o governo Kirchner, praticou políticas fiscais expansionistas, denotando sua preocupação para uma taxa de câmbio maior que estimulasse a economia, em contrapartida ao controle da inflação. Nesse sentido, a economia argentina, durante esse período de saída da crise que enfrentara, sentiu a inflação subir novamente, como está apresentado na Tabela 21. De qualquer forma não mais aos patamares antigos de hiperinflação em fins da década de 1980 e início dos anos 1990.

Tabela 21
Taxa Média anual de Inflação 2000/2006

Ano	Variação anual (%)
2000	-0,9
2001	-1,1
2002	25,9
2003	13,9
2004	4,4
2005	9,6
2006	10,9

Fonte: Neutzling Jr. 2008

Na Tabela 22, pode ser visto o quantum da recuperação do crescimento econômico.

Tabela 22
Taxa Média anual de Crescimento do PIB 2000/2006

Ano	Variação anual (%)
2000	-0,5
2001	-4,4
2002	-10,9
2003	8,8
2004	9,0
2005	9,2
2006	8,5

Fonte: Neutzling Jr. 2008

A retomada do crescimento econômico argentino, em uma análise superficial, somente ao passar de olhar pelos percentuais, demonstra elevadas taxas e continuidade do crescimento. No entanto, há que se considerar que essas taxas são anualizadas, portanto, a variação do crescimento se deu em cima do período de crise.

De 2000 a 2002, a economia argentina decresceu, sendo que no último ano da crise encolheu em praticamente 11%. De qualquer forma, em uma economia que estava em colapso, não pode ser desconsiderado a recuperação do crescimento e atividade econômica do país. Apenas, deve ser feita a ressalva dos patamares base em que se processa o crescimento do PIB argentino.

Outras determinações de rumo por parte do governo também foram decisivas de forma a contribuir com a retomada do crescimento econômico do país. Kirchner restatizou algumas empresas privadas, com forte incremento do gasto público na produção de bens e serviços. Conforme Neutzling Jr. (2008, pg.22), o governo criou uma nova empresa de petróleo e gás, a Enarsa; entrou em conflito com o grupo Suez, responsável pelo abastecimento e tratamento de água na grande Buenos Aires; incorporou o correio argentino, a ferrovia General San Martin e a empresa espacial Thales Spectrum. Medidas consideradas polêmicas e até mesmo populistas, traços característicos do peronismo.

Outro fator contributivo para o aquecimento da economia argentina foi o turismo, pois, em virtude do peso estar mais fraco frente a outras moedas, aumentou consideravelmente o fluxo de turistas em direção à Argentina, principalmente de brasileiros.

No entanto, a par das políticas adotadas de forma intencional do governo Kirchner, há que se considerar o mercado internacional. A crise não foi oriunda tão somente de uma política intencional que levou aos resultados catastróficos. Também foi resultado de um cenário internacional desfavorável, onde o preço das *commodities* estava em baixa, além das próprias crises em outros países durante a década de 1990.

Conforme Cunha e Ferrari (2006, pg.289), a recuperação em curso se dá em um contexto excepcionalmente favorável de crescimento da demanda mundial e de recuperação de preços das *commodities* que são importantes para a pauta exportadora do país. *Commodities* de produtos primários, industrializados de origem agropecuária e do setor de energia representam cerca de 70% da pauta exportadora da Argentina.

O crescimento vigoroso da economia argentina contribuiu para a queda da taxa de desemprego de acordo com a Tabela 23, da mesma forma que para a redução da pobreza e indigência, porém, ainda distante dos patamares encontrados em seu passado com elevada homogeneidade social.

Tabela 23
Taxa Desemprego 2001/2007 (%)

Ano	Taxa Desemprego
2000	14,70
2001	18,30
2002	17,80
2003	21,50
2004	17,30
2005	14,80
2006	11,60
2007	8,70

Fonte: Neutzling Jr. 2008

Nesse período Kirchner ainda conseguiu incrementar suas receitas públicas com a taxaço sobre as exportações e mantendo suas despesas aos patamares do período de crise, valendo-se do aumento das exportações por conta de um câmbio desvalorizado.

Assim, a economia argentina combinava os fatores exógenos com os fatores endógenos, garantindo forte crescimento da renda, com manutenção de sólidas posições externa e fiscal.

No entanto, é importante deixar marcado que a retomada do crescimento econômico, a renegociação da dívida, a queda do desemprego, não eliminou a difícil situação na qual a Argentina se encontrou ao final desse período. Como já salientado, os indicadores econômicos e sociais ainda estão longe dos patamares atingidos em uma época que o país era uma exceção em termos de desenvolvimento na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao objetivo estabelecido neste presente trabalho, encontrar as possíveis causas para o desencadeamento da grande crise que atinge a economia argentina em fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, da mesma forma que a recuperação econômica logo em seguida a crise, podem ser feitas as seguintes considerações.

A deterioração social da Argentina ocorreu, com maior intensidade, a partir da segunda metade da década de 1990, mais precisamente, a partir do segundo Governo Menem, em 1995, quando da primeira grande crise internacional, a crise mexicana ou crise tequila. Nesse ponto em diante, tornam-se claras algumas limitações econômicas e estruturais do país. Uma das razões dessas limitações pode ser explicada, por uma das características importantes do regime cambial adotado pela Argentina, ao início dessa década: a excessiva rigidez do Regime de Conversibilidade.

O Regime de Conversibilidade, implementado ainda no primeiro Governo Menem, por seu Ministro Domingos Cavallo, foi estabelecido em lei e tinha como complementos algumas reformas liberalizantes ao encontro ao contexto econômico mundial da época. Obteve êxito no sentido de estabilizar a economia e reduzir drasticamente os níveis de inflação, seus principais objetivos. No entanto, quando afetado pelos choques externos advindos das crises internacionais, não proporcionou a flexibilidade desejada e necessária para a execução dos ajustes que se faziam imperativos.

Além do mais, o ideário liberalizante e o sucesso inicial do Plano mantinham a confiança e convicção no prosseguimento do Regime tanto por parte do Governo como por parte da sociedade argentina. Ou seja, não havia outro caminho que não esse a ser seguido.

No entanto, o nível da conversão monetária, extremamente valorizada, pode ser caracterizado como uma das causas do endividamento externo e os recorrentes déficits comerciais não controlados pelo governo argentino. Soma-se a isso, a irresponsabilidade fiscal praticada no governo, no que tange suas relações com as províncias, onde, o governo central geralmente responsabiliza-se pelas despesas geradas por essas, sem que haja uma contrapartida das mesmas em gerar receitas. Apesar da reformulação do IVA, uma das reformas empreendidas pelo Governo Menem, permanecia a debilidade fiscal no estado argentino.

De qualquer forma, mesmo com as deficiências estruturais verificadas no Regime de Conversibilidade, deve ser considerado e dado um peso relativo às conturbações internacionais ocorridas na segunda metade da década de 1990. A grande crise argentina deflagrada em 2000, 2001 e 2002, além de ter sua origem em causas internas, também encontra fatores externos que contribuem para que a economia argentina passe pelo seu pior momento da história recente. As crises mexicana, asiática, russa e a desvalorização cambial brasileira, além de deixarem evidentes falhas do Plano de Conversibilidade Argentino, modificam o cenário internacional o deixando desfavorável para uma possibilidade de reversão de expectativas num curto prazo.

Com isso, deflagra-se nos anos de 2000, 2001 e 2002 a grave crise argentina. A taxa de desemprego aproxima-se dos 20%, os níveis de pobreza e miséria atingem níveis jamais vistos na história do país, o PIB chegou a decrescer em 11%, houve deflação e a dívida em relação ao PIB chegou a mais de 130%. Em um mês apenas a Argentina teve três presidentes. Ou seja, uma crise sem precedentes na história do país esteve em curso. Uma crise política, econômica e social. Foi o fim do Regime de Conversibilidade. Nos governos temporários, até a assunção de um próximo governo foi suspenso o pagamento

da dívida e implementado o *Corralito*. Manteve-se a inconvertibilidade dos ativos dolarizados e transformou-se em pesos as dívidas que estavam em dólares.

Kirchner, do partido peronista, o mesmo de Carlos Menem, que havia implementado o Regime de Convertibilidade e as reformas liberalizantes, assume em 2003 o governo argentino. No entanto, as práticas de políticas econômicas foram no sentido contrário de seu parceiro de partido. Seu governo e suas medidas são consideradas heterodoxas e por vezes até populistas, uma marca de seu partido. Por exemplo, a tentativa de reestatização de algumas empresas, uma marca de seu partido.

De qualquer forma, deve ser ressaltada a desvalorização cambial, fazendo com que a economia argentina voltasse a crescer, ainda que baseado nas exportações. A balança comercial passou a ser superavitária em relação aos períodos anteriores. A taxa de desemprego voltou a cair. Ainda que o aquecimento da produção tenha se dado com base na capacidade ociosa existente, derivada do período de crise anterior.

Para o período Kirchner chama-se a atenção para a renegociação e reestruturação da dívida, um dos pontos mais cruciais da economia no período. Uma dívida pública que havia comprometido a credibilidade do país frente ao mercado internacional, tendo atingido níveis que superavam o PIB. Pois, nesse período, valendo-se de um cenário externo favorável, com forte crescimento da demanda, o governo consegue renegociar a dívida a longos prazos e com um deságio que chega a atingir 75%. De qualquer forma, a relação dívida/PIB ainda seguiu preocupante, estando longe de ser resolvida. Uma questão que em qualquer momento poderá afetar a economia argentina, caso ocorra um deslize por parte do governo ou mesmo encontre algum choque externo que venha a atingi-los.

O período do governo Kirchner é considerado como um momento de relativa recuperação da economia argentina. Deve ser considerado que essa recuperação processa-se em cima de patamares muito baixos. Tanto é que a economia argentina mesmo com taxas de crescimento econômico na ordem de

8% a 9% nesse período, ainda encontra-se longe de voltar a ser o país que outrora tenha sido – o país socialmente mais homogêneo que seus parceiros latino-americanos.

Ainda assim, com relação a esse período, deve ser ressaltado o cenário externo favorável. O crescimento econômico mundial e o aumento do preço das *commodities* facilitam a recuperação econômica argentina nesse momento. Portanto, da mesma forma quando é desencadeado a crise encontram-se fatores internos e externos como causas do processo, no momento de recuperação, a combinação dos fatores internos com os externos são determinantes para a recuperação da atividade econômica da Argentina.

Contudo, sugestões e críticas como alternativas ao passado não passam de exercícios condicionantes da realidade, uma vez que o retorno no tempo não é possível, e as medidas tomadas em seu tempo devem ser entendidas dentro do contexto em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANN, Roberto T. Breve *História de la Política Económica Argentina, 1500-1989*.

ALLENDE GARCIA, Maria Lorena. *Reforma do Estado e Privatizações na Argentina dos anos 1950: o caso do setor de telecomunicações*. Tese Mestrado, 2007.

BUSTELO, Pablo. *Los orígenes de la crisis financiera de Argentina: una comparación con las crisis asiáticas*. Boletín Económico de Información Comercial Española, 2002.

CORTÉS CONDE, R. *El crecimiento de la Economía Argentina (1970-1914)*. In *BETHEL, Leslie. (ed) História da América Latina. 10 América de sur. 1870-1930*. Barcelona: editorial crítico, 1991.

CORTÉS CONDE, R. y GALLO, Ezequiel. *La formación de la Argentina Moderna*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

CUNHA, André M. y FERRARI, Andrés. *Argentina: um caso de novo desenvolvimentismo?* Revista de economia política, UFRGS, 2009.

CUNHA, André M. y FERRARI, Andrés. *As origens da crise Argentina: uma sugestão de interpretação*. Texto para discussão, UFRGS, 2005.

CUNHA, André M. y FERRARI, Andrés. ***A Argentina em dois tempos: da conversibilidade à reestruturação da dívida***. Revista de economia contemporânea, UFRGS, 2006.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto y JUVENAL, Luciana. ***Las cuentas públicas y las crisis de la convertibilidad em Argentina***. CEDES, Buenos Aires, 2003.

DI DOMENICO, Paulo Venicius. ***A crise Argentina de 2001: efeitos de um regime cambial fixo sob a forma de um currency board***. Trabalho graduação, UFRGS, 2004.

DORFMAN, Adolfo. ***História de la industria Argentina***. Buenos Aires: ediciones Solar, 1970.

FERNANDES, Rafael de Lima. ***O processo de substituição de importações na Argentina: de 1930 a 1970***. Trabalho graduação, UFRGS, 2005.

HEYMANN, Daniel e KOSAKOFF, Bernardo. ***La Argentina de los Noventa. Desempeño económico em um contexto de reformas. Tomo I***. Ed. Lensis, Buenos Aires, 2000.

HAINES, Andrés Ferrari. ***Um fenômeno Argentino. Uma interpretação da política econômica Argentina (1946-1955)***. Tese Doutorado, UFRGS, 2008.

HAINES, Andrés Ferrari. ***Trajetórias recentes de desenvolvimento. Estudo de experiências internacionais selecionadas***. IPEA, 2009.

LENZ, Maria Heloisa. ***Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: A Belle Époque***. Editora UFRGS, 2004.

Ministério da Economia Argentina e INDEC. www.indec.ar

MUSSA, Michel. ***Argentina y el FMI – del triunfo a la tragédia***. Ed. Planeta, Buenos Aires, 2002.

NEUTZLING, João. **Argentina: Crise e ressurreição**. Revista Análise, 2008.

RAPOPORT, M. y Colaboradores. **Historia econômica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: ediciones Macchi, 2000.

ROSA, Viviane Silva. **O papel do setor público no plano de conversibilidade da Argentina em 2001 e seus efeitos no Brasil**. Trabalho graduação, UFRGS, 2007.

SILVA, Kelle Fraga e FERRARI, Fernando. **Ataques especulativos e crises cambiais na Argentina e no Brasil: uma análise comparativa**. Revista Análise econômica, UFRGS, 2006.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina. Cooperação e conflitos nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI**. Lisboa, CESA, 2005.